



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
COORDENAÇÃO GERAL DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III – GUARABIRA/PB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA, TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO URBANO,
RURAL E AMBIENTAL

MARIANNA MOREIRA SANTOS

**“AVANÇOS,” DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO
CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO
DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB**

GUARABIRA
DEZEMBO/2020

MARIANNA MOREIRA SANTOS

“AVANÇOS,” DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz

GUARABIRA
DEZEMBRO/2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S345a Santos, Marianna Moreira.
"Avanços" desafios e retrocessos da educação do campo [manuscrito] : um estudo de caso no assentamento São Domingos, Distrito de Tabuleiro, Bananeiras/PB / Marianna Moreira Santos. - 2020.
45 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Prof. Me. Thiago Leite Brandão de Queiroz, Departamento de História - CH."
1. Educação do/no Campo. 2. Assentamento São Domingos. 3. Escola do Campo. 4. EJA-Rural. I. Título
21. ed. CDD 371.2

MARIANNA MOREIRA SANTOS

“AVANÇOS,” DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB

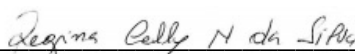
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. Ms.Thiago Leite Brandão de Queiroz.

Aprovado em: 04/12/2020

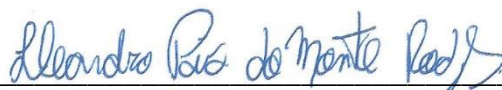
Banca Examinadora



Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz - UEPB/CH/DG
Orientador (Mestre em Geografia pela UFPB)



Prof.ª. Dr.ª. Regina Celly Nogueira da Silva - UEPB/CH/DG
Examinadora (Doutora em Geografia pela USP)



Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues - UEPB/CH/DG
Examinador (Doutor em geografia pela UFRN)

Dedico este trabalho ao meu filho, familiares, amigos, colegas de curso e ao meu orientador Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz, os quais me mantiveram firme até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e por fazer de mim uma mulher forte e perseverante.

Agradeço ao meu orientador, o professor Thiago de Queiroz por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, pela amizade demonstrada durante todo o percurso e em especial, pela atenção e preocupação, me motivando sempre a continuar firme e não desistir dos meus ideais.

A todos os meus professores, não só os que contribuíram com o curso de Pós-graduação, como também aos demais que fazem parte do Departamento de Geografia da UEPB campus IIII, em Guarabira/PB. Parabéns pela excelência da qualidade técnica de cada um e pelo incentivo dado para a conclusão de mais esta etapa na minha vida.

A minha amada mãe, que sempre fez o possível para me manter atenta a importância da evolução educacional, e sempre me deu juntamente com as minhas tias Edna e Eliane (marido e filha), todo o suporte para que eu pudesse me ausentar sempre que necessário para cumprir essa jornada.

Ao meu Pai Ademário que sempre torceu por mim juntamente com a sua esposa e filhos.

Ao meu Tio Ademar que sempre serviu de inspiração para todos os familiares.

Ao meu pequeno e amado Wendson Filho, que representa toda minha força, para que eu possa superar as diversidades, sempre em busca de um futuro melhor, com o intuito de ser para ele o exemplo a ser seguido.

Ao meu namorado Anderson Rafael, que está sempre ao meu lado com palavras de apoio e incentivo.

A minha mais nova amiga, a professora Josefa Elza de Oliveira, que muito contribuiu com a pesquisa.

E por fim mais não menos importante, aos meus amigos de curso, amigos da UEPB e amigos de vida. Allana Ramony que me encorajou a entrar no curso, Edivaldo Junior, que sempre foi para mim uma inspiração dentro e fora dos muros da UEPB,

Ravena Padilha que me fez aprimorar o gosto pela geografia, Renato Oliveira e Suenya Sena, pela amizade sincera, incentivo e motivação, em especial nesta reta final do curso, me encorajando e não me deixando fraquejar e aos companheiros de aulas semanais, Alice, Anibal, Arimateia Aparecida, Carla, Daniele, David, Edson, Erica, Janaina, Jenifer, Jordana, Lenilma, Lindaiane, Marcilene , Marcos, Patricia, Rafael, Renata, Severino Pereira, Severino de Assis e Welington que alegravam os dias de sábado na UEPB.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

Jean Piaget

SANTOS, Marianna Moreira. “**AVANÇOS**”, **DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB**. 2020. 47 fls. Trabalho de Conclusão de Curso especialização em Geografia, território e planejamento: urbano, rural e ambiental – UEPB, Guarabira, 2020.

RESUMO

A Educação do campo, em sua perspectiva ideológica, é uma modalidade de ensino que tem como objetivo principal transmitir e produzir conhecimentos educacionais adequados aos anseios de crianças, jovens e adultos que vivem, trabalham e se reproduzem socialmente do e no campo. Por isso, este trabalho se justifica, por apresentar uma análise de um cenário de desvalorização da educação do campo e dos sujeitos que historicamente protagonizam e formam a bandeira da luta pela educação do campo, sejam os indígenas, quilombolas, camponeses, assentados, caiçaras entre outros. Objetivamos com o desenvolvimento deste trabalho, elaborar um estudo de caso no Assentamento São Domingos, localizado no Distrito de Tabuleiro, município de Bananeiras, na região do Agreste paraibano. Pretendemos analisar os “avanços”, desafios e retrocessos da educação do campo no cotidiano e no mundo vivido pelos estudantes da modalidade de ensino *Educação de Jovens e Adultos* (EJA-Rural), desenvolvida no Assentamento São Domingos. O Assentamento São Domingos, o qual como tantos outros assentamentos, fora marcado por disputas territoriais. Está localizado no Distrito de Tabuleiro, no município de Bananeiras/PB, região pertencente ao agreste paraibano e existe a cerca de 20 anos. A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, e suas bases teórico-conceituais se fundamentaram em autores que sustentam a temática em questão. Metodologicamente, realizamos pesquisa bibliográfica em obras, livros, teses, dissertações e artigos científicos, além de consulta na web. O trabalho de campo também foi fundamental para nossas apreensões da realidade manifestada entorno dos “avanços, desafios e retrocessos da educação do campo em nossa área de pesquisa. Portanto, evidenciamos a necessidade de uma maior organização através do Estado, sindicatos, e organizações sociais como um todo, para impor políticas educacionais voltadas para a EJA-Rural e outros seguimentos, visando melhorar e superar as lacunas evidenciadas nessa pesquisa rumo uma sociedade que prescindia para uma educação do campo para além do capital.

Palavras-chave: Educação do/no Campo; Assentamento São Domingos; Escola do Campo; EJA-Rural.

SANTOS, Marianna Moreira. “**AVANÇOS**” DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB. 2020. 47 fls. Trabalho de Conclusão de Curso especialização em Geografia, território e planejamento: urbano, rural e ambiental – UEPB, Guarabira, 2020.

ABSTRACT

Rural education, in its ideological perspective, is a teaching modality which aims to transmit and to produce appropriate educational knowledge to the craving of children, young people and adults who live, work and reproduce themselves socially in and from the countryside. Therefore, this research paper is justified, by presents an analysis of a rural education devaluation scenario and the subjects who historically lead and make up the rural education fight flag , such as indigenous, quilombolas, peasants, settlers, *caiçaras* among others. With the development of this research, we aim to develop a case study in the São Domingos Settlement, which is located in the District of Tabuleiro, Bananeiras city, in the *agreste* region of Paraíba. We intend to analyze the “progression” challenges and regression of rural education in daily life and in the world experienced by students from the Youth and Adult Education (EJA-Rural) modality, developed in the São Domingos Settlement. São Domingos Settlement, like so many other settlements, it was marked by territorial disputes. It is located in the District of Tabuleiro, in the Bananeiras city / PB, a region belonging to the *agreste* of Paraíba and it has been around for 20 years. This research paper was characterized as a case study, and its theoretical and conceptual bases were based on authors who support the topic in question. Methodologically, we carry out a bibliographic search in research papers, books, theses, dissertations and scientific articles, in addition to consultation on the web. Fieldwork has been necessary to our apprehensions of the reality manifested around the “progression, challenges and regression in rural education in our research area. Therefore, we highlight the need for greater State, unions, and NGO organization together into a whole to set a educational policies aimed at EJA-Rural and other segments, aiming to improve and to overcome the gaps evidenced in this research, towards a society that thinks about rural education in addition to the financial.

Keywords: Education in / in the countryside; São Domingos Settlement; Rural School; EJA-Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Vista Panorâmica do Assentamento São Domingos	18
Figura 02: Casa de moradia de uma família de assentados.	19
Figura 03: Casa Sede do Assentamento.	20
Figura 04: Frente da Escola Estadual Walfredo Leal.	22
Figura 05: Mapa de Assentamentos no município de Bananeiras/PB	24
Figura 06: Frente da “Escola”.	31
Figura 07: Pátio da “Escola”.	32
Figura 08: Precariedade da sala de aula do Assentamento.	32
Figura 09: Gráfico quantitativo matrículas da educação básica no Brasil.	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

EJA – Educação de Jovens e Adultos

HA – Hectares

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

KM – Quilômetros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC - Ministério da Educação e do Desporto.

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

PB – Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DESENVOLVIMENTO	17
2.1 DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO ESTUDO	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	23
3.1.1 ANÁLISE TEORICO-CONCEITUAL E RECORTE ESPACIAL	23
3.2 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	25
3.3 PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA E PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.....	26
4. ANÁLISE E DISCUSÃO DOS DADOS	30
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	38

1- INTRODUÇÃO

A Educação do campo, em sua perspectiva ideológica, é uma modalidade de ensino que tem como objetivo principal transmitir e compartilhar conhecimentos educacionais adequados aos anseios de crianças, jovens e adultos que vivem, trabalham e se reproduzem socialmente do e no campo. Trata-se, portanto, de uma política pública que possibilita o direito à educação de trabalhadoras e trabalhadores rurais e, desse modo, representam milhares de pessoas que vivem no espaço agrário brasileiro e, que historicamente, tiveram esse direito negado.

Desse modo, é importante destacarmos que a concepção sobre a educação do campo nasceu a partir do movimento de indignação e contestação camponesa, como crítica à realidade educacional brasileira sustentada na compreensão burguesa de cidade, entendida aqui como a relação de poder promovida pelo sistema do capital que, por meio da educação, transformam camponeses em trabalhadores do agronegócio.

Caldart (2009) diz que, a educação do campo é um movimento real de combate ao atual estado de coisas: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressam e produzem concepções teóricas e críticas a determinadas visões educacionais fora do ambiente rural, isto é, faz-se uma crítica entorno de políticas educacionais antagônicas a realidade do espaço agrário brasileiro.

Caldart (2009), também enfatiza que, sua atuação está materialmente inserida desde a radicalidade pedagógica dos movimentos sociais, adentrando no terreno movediço das políticas públicas tradicionais e conflitantes entre trabalhadores e trabalhadoras rurais e o Estado, à compreensão e construção de um projeto maior e autônomo que se fundamenta em outra dialética educacional: o paradigma da Educação do Campo.

Centrada na escola do e no campo e na luta para que a concepção de educação que orienta suas práticas se distancie da escola tradicionalista burguesa, a educação no campo luta para não se tornar refém dessa lógica tradicionalista constitutiva, exatamente para poder construir um novo projeto educativo.

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao conhecimento produzido na sociedade. Ao mesmo tempo

problematiza tal conhecimento, fazendo críticas ao modo de conhecimento dominante e a hierarquização epistemológica própria desta sociedade que, por sua vez, e contraditoriamente, deslegitima os protagonistas da Educação do campo como produtores de conhecimento. Caldart (2009)

Por tanto o movimento que luta pela educação do campo, tem o intuito de desenvolver suas próprias referências para que a mesma possa influenciar de forma positiva no cotidiano e no trabalho de produção do homem do campo, sem que o mesmo tenha a necessidade de se tornar apenas um produto do meio que vivencie a vida do campo apenas com o intuito de produzir capital.

Doutro modo, a educação voltada para as comunidades que residem no campo ainda é pouco estudada e, nesse sentido, muitos enfoques podem ser explorados, mesmo porque o campo, nas representações das pessoas, é relegado à condição de um lugar atrasado e sem desenvolvimento econômico.

Em defesa de uma educação para todos e considerando-se a centralidade e relevância que o lugar possui para os seres humanos que habitam o campo, torna-se imprescindível o debate sobre o cenário pelo qual se encontra a educação do campo na contemporaneidade.

Assim, é importante questionarmos e fazermos uma análise reflexiva sobre o cenário até aqui apresentado. Até que ponto as questões da realidade da educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, têm efetivamente pautado o debate da educação do campo entre seus principais sujeitos: movimentos sociais, governos e instituições educacionais, especialmente as universidades?

Desse modo, pretendemos nesse estudo discutir de modo específico os "avanços", desafios e retrocessos da educação do campo e a condição dos sujeitos que vivem e trabalham do e no campo na contemporaneidade. A escolha desse objeto ocorre, uma vez que percebemos que o homem do campo se encontra refém de duas situações: econômica e cultural.

No que se refere ao cenário cultural, vale destacar nesse sentido, que a Indústria Cultural urbana, por sua vez, ao legitimar determinados modos de viver como corretos e aceitáveis, produziu epistemicídios culturais (SANTOS, 2009). Existe um paradigma que o campo é lugar de atraso, lugar de trabalho duro e desqualificado e, por esse motivo, não precisa educar as pessoas do espaço agrário.

Por isso, nosso trabalho se justifica por apresentar uma análise de um cenário

de desvalorização da educação do campo e dos sujeitos que historicamente protagonizam e formam a bandeira da luta pela educação do campo, sejam os indígenas, quilombolas, camponeses, assentados, caiçaras entre outros. Minorias que por condições históricas veem seus direitos negados, sendo marginalizados e incluídos dentro de um sistema metabólico que não os representam e, ao mesmo tempo excluídos dos direitos educacionais constitucionais que deveriam ser garantidos. Portanto, são jogados à margem, fazendo assim, parte de uma sistemática fábrica de perversidades sociais (SANTOS, 2011).

Portanto, objetivamos com o desenvolvimento deste trabalho, elaborar um estudo de caso no Assentamento São Domingos, localizado no Distrito de Tabuleiro, no município de Bananeiras, na região do Agreste paraibano. Pretendemos analisar os “avanços”, desafios e retrocessos da educação do campo no cotidiano e no mundo vivido pelos estudantes da modalidade de ensino *Educação de Jovens e Adultos*(EJA-Rural), desenvolvida no Assentamento São Domingos.

Temos como objetivos mais específicos, compreender o processo educacional na modalidade EJA-RURAL presente no Assentamento São Domingos, como também observar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do mesmo.

Para isso, nossas fundamentações teórico-conceituais sustentam-se na obra de autores que destacam nossa temática, entre os quais destacamos Fernandes (2005); Molina (2012); Caldart (2008); Gadotti (2000), Oliveira (2004), Saquet e Sposito (2009), Arroyo (2004), Mészáros (2007), entre outros. Por meio desse aporte teórico, buscamos discutir sobre os processos que envolvem a educação de sujeitos que por muito tempo esquecidos socialmente, causando um forte impacto na formação educacional das famílias que vivem no campo.

Durante a organização estrutural desta pesquisa, utilizamos uma metodologia que permitiu a construção de um texto teórico e prático a partir de uma análise de campo. Metodologicamente, dividimos nossa pesquisa em três capítulos, onde no primeiro capítulo intitulado: *Delimitação e Problematização do Estudo*, analisamos um cenário de desvalorização da educação do e no campo e dos sujeitos que historicamente protagonizam e formam a bandeira da luta pela educação do campo.

No segundo capítulo que chamamos de: *Procedimentos Metodológicos e Área de Pesquisa*, analisamos as diversas dificuldades encontradas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade em áreas rurais como a falta de

planejamento, de estrutura e de uma educação pensada diretamente para a realidade do trabalhador camponês.

Finalmente, no terceiro capítulo denominado: *Análise e Discussão dos Dados*, finalizamos com a reflexão de que o Assentamento São Domingos, possui em sua marca expressiva a luta pela sobrevivência e melhores condições de reprodução cultural camponesa, e por isso, assim como na maioria dos assentamentos de reforma agrária da Paraíba, sua principal característica está voltada na produção familiar de pequenos policultivos para consumo próprio e, quando existe excedente, a produção abastece as diversas feiras da região.

Sabemos ainda que, tradicionalmente essa produção e comercialização em feiras livres e mercados locais alimentam a fome de milhares de famílias do interior do agreste paraibano (MITIDIERO JR, 2017). Por fim, acrescentamos que geograficamente, sua localidade encontra-se em uma região de brejo, favorecida por aspectos naturais que possibilitam uma produção promissora.

Por isso, é fundamental destacar, a importância do trabalho in loco, a partir do trabalho de campo. Por intermédio desta proposta metodológica, conseguimos vivenciar na prática, parte da realidade materializada na difícil vida cotidiana dos sujeitos que formam o espaço geográfico do Assentamento São Domingos. Reforçamos que o assentamento está localizado no distrito de Tabuleiro, no município de Bananeiras/PB, resistindo a mais de 20 anos desde sua ocupação em meados de 1998.

Nosso procedimento metodológico foi caracterizado pela observação da história de vida de alguns moradores, em especial, os envolvidos na modalidade (EJA-Rural). Também foram aplicados questionários semiestruturados e realizadas entrevistas com: a) a responsável pelo (EJA- Rural); b) Liderança política do Assentamento São Domingos e; c) moradores e moradoras assentadas.

Portanto, focamos nossa análise nos estudantes do EJA-Rural, nas suas características e desenvoltura, e por isso, gostaríamos de ressaltar ainda, que a análise geográfica entorno do território e do lugar são fundamentais para compreensão dialética e estrutural do campo, uma vez que, enquanto categorias de análises geográficas, proporcionam uma leitura do conflito referente a educação do/no campo, bem como o vínculo com a terra e produção das (re)existências camponesas no espaço geográfico aqui analisado.

No que se refere à economia, a transformação das áreas rurais em espaços produtivos do e para o agronegócio, necessariamente abstraiu grandes investimentos econômicos da agroindústria, a fim de transformar pequenas propriedades rurais produtoras de vidas, culturas próprias e alimentos, em empreendimentos financeiramente rentáveis à lógica agroexportadora.

Do lado mais fraco desta relação econômica, a ausência desses investimentos financeiros, expropriou muitos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que em muitos casos, para continuarem existindo, foram forçados a renunciarem ao seu modo de vida, rumando para as periferias dos centros urbanos.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 Delimitação e Problematização do Estudo

Para Faria (2006, p. 8), o espaço agrário, ou simplesmente “campo”, foi cenário para uma dolorosa modernização, o que se pode denominar também como modernização tardia. Isto é, por um movimento transvestido em uma agropecuária desenvolvida em escala empresarial, denominada agronegócio.

Sua lógica prioriza a produção em larga escala de monocultivos, muitos deles não alimentares, os chamados commodities, voltado para o mercado externo e mundial. Assim, o espaço agrário é incluso em um mundo globalizado, na qual as leis predominantes são aquelas que se referem à otimização do capital e potencialização dos investimentos e, sobretudo, a produtividade das atividades agroexportadoras.

Dessa maneira, e atrelado à estrutura fundiária concentrada na forma de latifúndios improdutivos e terras devolutas, o capitalismo agrário no Brasil avançou sobre áreas, que tradicionalmente sempre foram responsáveis pela produção de alimentos e reprodução da vida no campo. As pequenas unidades rurais familiares, conhecidos como pequenos sítios ou assentamentos rurais foram então cercadas pelo avanço do capitalismo agrário, que monopolizou o território através do capital agroindustrial (OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, o campo passou a ser enxergado como lugar de negócio e lucros para alguns, um lugar de reprodução da lógica metabólica do capital agroexportador. Todavia, historicamente existem pessoas que vivem e trabalham neste “lugar”. Para essa parcela social, o campo é lugar de produção de comida, produção de trabalho e renda, produção cultural e, principalmente de resistências. Os movimentos sociais do campo reivindicam a leitura de outro paradigma agrário, onde a educação do/no campo seja protagonista.

O Assentamento São Domingos, assim como tantos outros assentamentos rurais, fora marcado por disputas territoriais referentes à questão agrária paraibana. As disputas por sua vez nesta área, foram feitas de forma pacífica, sem a necessidade de embates diretos entre proprietários e moradores, o que por sua vez facilitou e favoreceu os assentados da então Fazenda São Domingos.

O conflito nesta área, se deu pela necessidade que os moradores apresentavam de ter uma terra produtiva para chamar de sua, entendendo que o então dono demonstrava pouco interesse na lida com a terra, deixando os cuidados apenas

por conta dos seus empregados, os então moradores da fazenda. A luta por essas terras durou alguns anos e apenas em meados de 1998 que os assentados foram em fim beneficiados com os seus lotes.

A fazenda com cerca de 332 ha foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), beneficiando e assentando 35 famílias de forma igualitária em relação a divisão de tamanho dos lotes. Atualmente comporta aproximadamente 250 pessoas, as quais vivem basicamente, do trabalho da família na agricultura. Muitos recebem incentivos do Governo Federal como o Bolsa Família, mantendo assim a média salarial dessas famílias com cerca de meio salário mínimo.

Os moradores que previamente residiam nas terras do antigo proprietário da Fazenda São Domingos, popularmente chamado senhor Armando Abílio Vieira, reivindicaram os direitos de posse da área, então improdutiva, a qual foi concedida pelo INCRA. Assim, foi desapropriada e repartida em 35 lotes de 9,5 ha (hectares), os quais foram distribuídos entre as 35 famílias que já residiam na terra e, lá permanecem até os dias atuais, conforme representado a seguir (Figura 01 e 02).

Figura 01: Vista panorâmica das terras que compreendem o Assentamento São Domingos.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.
Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020.

Figura 02: Casa de moradia de uma família de assentados.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.

Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020.

De acordo com os relatos dos moradores coletados em nosso trabalho de campo, a bandeira de luta levantada pelos assentados sempre foi a da liberdade dos agricultores. Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras, antes da ocupação da Fazenda São Domingos, pertencia ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, nesse contexto, já participavam de diversas lutas pelos seus direitos. Dentro dessas questões destaca-se a luta pela reforma agrária e pela educação do campo. Esta última, conforme colocada por Molina (2004) representa o maior fenômeno da atual realidade do espaço agrário brasileiro.

Desta forma, a luta por uma educação do/no campo se tornou uma bandeira levantada por esses assentados. Luta esta que de certa forma não obteve o êxito esperado, uma vez que, ao longo dos anos, a política educacional voltada para o campo se tornou uma questão: um direito garantido por lei, mais que historicamente, sempre foi negado pelos sucessivos governos.

Todavia, falar em educação do/no campo ou escola do campo no Assentamento São Domingos nos remete ao termo “avanço”, principalmente a partir da importante experiência realizada com as turmas do (EJA-Rural), as quais são assistidas pelo Governo Estadual. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que representa uma conquista histórica, remete também a um retrocesso e projeta um dos principais desafios na incorporação de públicas educacionais voltadas ao campo

brasileiro com um currículo e estruturas adequadas e alinhadas à realidade desses sujeitos históricos.

Verificamos que existiu uma escola dentro do próprio assentamento, assistida pelo governo municipal de Bananeiras/PB, onde desenvolvia atividades para crianças com ensino infantil e fundamental I. A escola era de grande importância para a comunidade, pois facilitava a vida dos moradores em relação a educação das crianças pertencentes ao assentamento.

Mesmo não desenvolvendo uma educação do/no campo como era esperado pelos assentados, a escola representava um ponto de grande importância para a comunidade. Porém, recentemente a realidade da escola foi sendo modificada de acordo com os interesses da administração municipal. A instituição deixou de ser uma escola de ensino infantil e fundamental, parando de atender a comunidade, fazendo com que grande parte das crianças precisem se ausentar da sua localidade para estudar na sede do distrito, localizada cerca de 10 km do assentamento.

Assim, a realidade apresentada pela escola atualmente, vem mudando de forma considerável o cenário educacional da comunidade. Existe dentro do assentamento apenas uma turma voltada para o Ensino de Jovens e Adultos que compreendem a modalidade de EJA- rural, a qual abrangem cerca de 25 estudantes na primeira fase do ensino fundamental desta modalidade.

Esta turma de EJA-rural é assistida pelo Governo Estadual e funciona atualmente na casa que é tida como a sede do assentamento (Figura 03)

Figura 03: Sede do assentamento



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.
Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020

As aulas acontecem durante o período noturno, de segunda a sexta de forma presencial. Dentre os conteúdos trabalhados existe a preocupação em alfabetizar grande parte dos estudantes, levando em consideração que a turma se trata de uma turma de EJA do ciclo I, o qual representa exatamente a questão de alfabetização dos jovens e adultos; este trabalho é desenvolvido por uma única professora que reside e atua na localidade. A referida profissional possui qualificação adequada para desenvolver esse tipo de trabalho com os assentados.

Mesmo com a qualificação adequada para o bom desenvolvimento do trabalho dentro das questões educacionais, a dificuldade encontrada pela profissional é enorme, começando pelo deslocamento que precisa ser feito de forma cotidiana para desenvolver as atividades voltadas para o planejamento das aulas.

Tendo em vista que a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) presente no assentamento pertence ao governo do Estado e na cidade a qual o assentamento pertence (Bananeiras), não mais dispõem de escolas estaduais que ofereçam a modalidade EJA, isso faz com que a professora da turma correspondente ao assentamento tenha a necessidade de migrar para outra escola para poder ter a turma vinculada no cesso escolar.

Atualmente a turma é vincula a escola Walfredo Leal, existente no município de Pirpirituba o qual fica a cerca de 50 km de distância do assentamento, esse deslocamento é necessário para que a professora possa desenvolver suas atividades de planejamento juntamente com outros professores da modalidade para que a mesma tenha mais possibilidades de efetuar um trabalho de qualidade com os seus alunos.

Conforme mostra (Figura 04), na página seguinte, temos uma visão panorâmica da escola onde acontece as atividades de planejamento referentes à turma de EJA-Rural do assentamento São Domingos.

Figura 04: Escola Estadual Walfredo Leal, localizada no Município de Pirpirituba.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.
Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020.

Dentro desse contexto, podemos apontar diversas dificuldades encontradas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade em áreas rurais como a falta de planejamento, de estrutura e de uma educação pensada diretamente para a realidade do morador do campo.

Esses entraves dificultam de forma agressiva a qualificação profissional e a vida como um todo desses sujeitos, impossibilitando-os de crescerem e se desenvolverem, tanto dentro da sua realidade (na agricultura) como no mercado de trabalho de modo geral.

Lutar por uma educação de qualidade se torna não só um direito como também um dever do homem do campo, uma vez que compreendemos a importância da educação na relação entre as classes de uma sociedade.

E é tendo a educação como princípio de grande importância na formação de uma sociedade mais justa que se pauta o direito do homem do campo insistir nessa luta.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caminhos Teóricos e Metodológicos

No desenvolvimento das pesquisas científicas busca-se seguir caminhos trilhados anteriormente por outros, por meio da utilização de métodos consensuais. Vergara (2006) aponta que o método é “um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento” (p.9), dessa maneira, a definição do caminho a ser percorrido durante a realização da pesquisa é de extrema importância para o alcance dos objetivos de maneira bem-sucedida. Apresentar-se-á, a seguir, os procedimentos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1.1 Análise Teórico-Conceitual e Recorte Espacial

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, que segundo Vergara (2006), é aquele restrito a uma ou poucas unidades, essas compreendidas como um produto, uma empresa, um órgão público, ou uma sociedade. Ainda, também, como uma pesquisa bibliográfica, visto que envolve o estudo sistematizado de materiais diversos publicados, como livros, revistas, artigos científicos, dentre outros. Destacamos alguns materiais que foram utilizados na pesquisa bibliografia, tais como a análise de teses e dissertações, bem como informações obtidas em sites na internet.

Quanto aos fins da pesquisa, optamos pelo estudo descritivo e o exploratório. Em que caracteriza-se como uma pesquisa descritiva por:

Ser um tipo de estudo que permitirá ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno (OLIVEIRA, 1997, p.114).

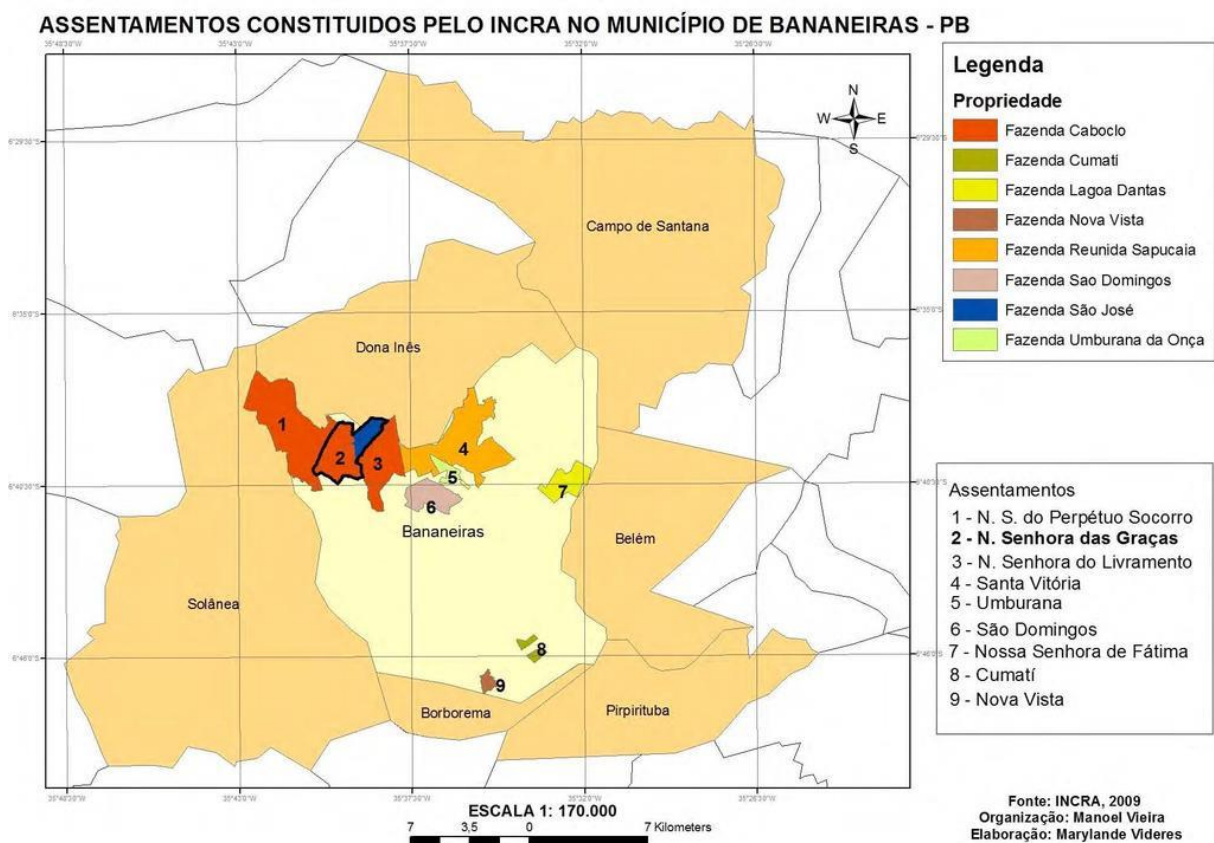
E como exploratória, por “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Para Gil (2006), as pesquisas exploratórias têm por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo e de determinado fato. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e, a análise

de exemplos que estimulem a compreensão.

Ainda, segundo Gil (2006), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial as descrições das características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma das características mais marcante desse tipo de pesquisa está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Desta forma consideramos, nesta pesquisa, como universo, o Assentamento São Domingos, Distrito de Tabuleiro, no município de Bananeiras/PB, conforme mostrado a seguir, na representação cartográfica denominada figura 05.

Figura 05: Assentamentos constituídos pelo INCRA no município de Bananeiras/PB



Fonte: IBGE 2009
Org: Manoel Vieira.

Conforme apresentado na figura 05, observamos que o município de Bananeiras/PB apresenta uma quantidade significativa de assentamentos rurais, dentre os quais, São Domingos (6), foi escolhido por apresentar adequada aproximação física e temática-conceitual e, por isso, foi delimitado como nosso recorte espacial de pesquisa. Por outro lado, em tempos de pandemia da COVID-19, que assolou o mundo e todo o Brasil, as dificuldades presentes diante deste cenário, nos

prejudicaram e tivemos que sair da nossa zona de conforto

3.2 Estratégias e Instrumentos de Coleta de Dados

Realizamos nossa coleta dos dados por meio da aplicação de questionário semiestruturado. Também foi adotado para aplicação da pesquisa a amostragem não-probabilística, por conveniência e/ou acessibilidade. Segundo Barros e Sâmara (2002), nesse tipo de amostra, os elementos são selecionados de acordo com a conveniência do pesquisador, abordando as pessoas que estão ao seu alcance e disposta a colaborar respondendo ao instrumento da pesquisa.

De acordo com Vergara (2006), os dados podem ser tratados através da abordagem quantitativa e qualitativa. No tratamento quantitativo, utilizam-se procedimentos estatísticos, já no tratamento qualitativo procura codificar e apresentar os dados de forma mais estruturada, analisando-os.

Nesta pesquisa, portanto, utilizou-se ambos os tratamentos dos dados, por possibilitar ao pesquisador participar mais intensamente da análise dos dados coletados, investigando-os, decompondo-os objetiva e subjetivamente por meio de sua interpretação. Isso justifica, portanto, a pesquisa quanti-qualitativa, visto que esta é considerada apropriada para a realização de uma avaliação formativa de um evento, principalmente quando se trata de analisar e sugerir um aprimoramento de um tema relevante, principalmente a educação do/no campo.

De acordo com Vergara (2004), todo método de estudo apresenta possibilidades e limitações. Partindo-se deste pressuposto, abordam-se nesta sessão as limitações existentes neste estudo, bem como as dificuldades encontradas quanto a sua elaboração.

Nesse sentido, é importante destacar primeiramente, a dificuldade de conseguir os dados necessários nas entrevistas para o desenvolvimento da pesquisa, por se tratar de dados extremamente técnicos e estratégicos, além do assentamento não manter dados arquivados sobre seus alunos.

Apesar do nível de detalhamento das informações estarem aquém da capacidade instrutiva da maioria dos sujeitos da pesquisa, no que se refere à nomenclatura acadêmica, o resultado das entrevistas foi muito produtivo em relação aos objetivos propostos neste estudo, muito embora os dados do Assentamento São Domingos, necessários para a realização plena desta pesquisa, sejam precários.

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas com lideranças políticas do assentamento, bem como com os alunos integrantes da EJA-Rural. Portanto, todas as respostas refletem o ponto de vista e as perspectivas destas pessoas.

Sob o ponto de vista da pesquisa de campo, as limitações aumentam em face às diversidades encontradas e da dependência de variáveis externas ao contexto em questão. Como exemplo, os protocolos de segurança municipais e estaduais com o fechamento total das atividades econômicas e produtivas (lockdown) e o distanciamento social referente às ações de combate à pandemia do COVID-19. Enfim, as considerações devem expor as condições da Educação do campo encontradas no município.

3.3 Preposições Metodológicas e Principais desafios da Educação do/no Campo

A educação do/no campo¹ tem sido amplamente discutida no Brasil nos últimos anos, e está inserida na pauta política, em debates acadêmicos, e no discurso dos movimentos e organizações sociais do campo em todo o território nacional. No entanto, na prática ainda precisa um trabalho mais efetivo para impactar nas vidas das famílias que residem no campo.

A Lei de Diretrizes de Base (LDB) 9394/96, reitera a educação como um direito social. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 5º expressa que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança” (LDB/1996). Ainda em seu **Art. 206 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, acrescenta que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e

¹ De grosso modo, é importante destacarmos que, o termo *do/no campo* é abstraído de uma concepção ideológica conceitual. *Do/no campo*, refere-se, portanto, ao movimento contestador que reivindica uma educação voltada e estruturada para atender a realidade educacional/trabalho dos sujeitos que lutam por educação no espaço agrário e que seja capaz de se instalar e se viabilizar por dentro do espaço rural.

coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade;
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Todavia, essa questão da realidade também deveria abarcar o espaço agrário. Por isso, enxergamos este ponto como um dos maiores desafios da educação do campo.

A trajetória histórica da educação desenvolvida no espaço agrário denuncia a forma com os sujeitos do campo foram tratados e até hoje apresenta resquícios imateriais e materiais dessa conjuntura. Sendo assim, não faz sentido discutir a educação do/no campo olhando apenas para o momento atual, desconsiderando o seu processo de constituição.

Para analisar um fenômeno que se constitui como uma crítica material a um determinado estado de coisas, nada mais próprio, pois, do que buscarmos construir uma crítica de perspectiva materialista, o que inclui uma exigência de análise objetiva (CALDART, 2008). Assim, qual o balanço crítico que fazemos da realidade educacional das famílias trabalhadoras do campo? E dos estudantes do EJA-Rural do Assentamento São Domingos?

Segundo Souza (2011), a luta por uma educação voltada para os camponeses surge juntamente com a luta pela terra, ações que foram empreendidas por meio de movimentos sociais. Isso implica dizer que a ambas as lutas buscam melhoria na qualidade de vida do homem do campo, tornando assim a educação um processo de reivindicação forte que apoia de forma real a luta pelos direitos e pela qualidade de vida do camponês.

Pensando assim, Caldart (2002a, p. 22) esclarece que:

[...] não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para serem os sujeitos destas transformações.

Como complementação deste ponto de vista acrescentamos:

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança (BRASIL, 2006, p.24).

Ademais, o Decreto 7352/2010 em seu artigo 1º conceitua população do campo e escola do campo:

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros. Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010).

Quando se pensa em educação do/no campo, é objetivamente no sentido de dar a essa parcela da população os mesmos direitos educacionais que o sujeito urbano possui, garantindo a mesma qualidade educacional, ou seja, de forma igualitária, nem mais e nem menos, simplesmente entregando a ambos as mesmas garantias e direitos (BONFIM e RODRIGES, 2017).

Não se compreende como escolas do campo apenas as que estão sediadas no espaço geográfico tido como rural, mas o que as define são suas características a exemplo da cultura, pelas relações sociais, ambientais e de trabalho dos sujeitos do campo, que a elas se identificam e a constitui (MUNARIM, 2011).

Entendemos que a ausência da oferta de escolas às comunidades rurais é a negação do direito ao acesso à educação. Ainda há no imaginário brasileiro a ideia de que o campo não demanda políticas públicas, de que não se deve gastar dinheiro porque vai acabar. Mas o que a realidade mostra é que, pelo contrário, há um processo de dinamização das áreas rurais (MOLINA, 2009).

De acordo com Munarim (2008), está em construção no país um movimento nacional da educação do campo. Esse movimento tem a participação de importantes sujeitos coletivos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); do Movimento Docente com amplas lutas pela educação pública, gratuita, de qualidade e para todos; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); sindicatos de trabalhadores rurais e federações vinculadas à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CTA); Rede de Educação do Semiárido Brasileiro; Comissão Pastoral da

Terra (CPT), entre diversas organizações locais.

Trata-se de um movimento nacional constituído de organizações sólidas, como pondera o referido autor em questão. Dessa forma, "a Educação do/no Campo, a par de se constituir um movimento em si, se constitui num conteúdo, numa agenda comum de sujeitos sociais diversos" (MUNARIM, 2008, p. 5).

Na Paraíba não é diferente, as entidades de classe sociais, as organizações sociais e os movimentos sociais lutam não apenas por terra, água e soberania, mas também pela educação do/no campo. É um desdobramento da questão agrária nacional e uma das diretrizes na luta pela reforma agrária ampla e estrutural.

No Agreste paraibano, caracterizado pela produção de alimentos em pequenas propriedades, a realidade dos assentamentos rurais é precária, se caracteriza como um território de perdas políticas, econômicas, sociais e, principalmente educacionais. Exemplo desta nossa angústia, é a área de pesquisa que será melhor apresentado a seguir.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Caracterização do Estudo

A escola do campo é um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos, não para ofuscar horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam, os sonhos e perspectivas que almejam.

Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, há uma necessidade de abrir-se ao que há de mais humano e vivencia-lo. Mas na prática, as coisas nem sempre funcionam tão bem, principalmente quando direcionamos nosso olhar para a educação do/no campo no Assentamento São Domingos. Os mesmos recebem apenas uma educação bancária e precária a qual não oferece grandes impactos na vida do aluno, a mesma é oferecida de forma inadequada desde a maneira como é abordada até o local onde as aulas são oferecidas.

O campo sempre foi visto com desprestígio e preconceito, como se seus sujeitos só precisassem saber ler, escrever e contar. Entretanto, com o desenvolvimento agrícola, faz-se necessário a ampliação de novos conhecimentos, não só para trabalhar no campo, mas para ser ativo na sociedade. Dessa forma, defendemos uma alfabetização científica e tecnológica na educação do/no campo. A forma de ensinar na educação do/no campo atingir as necessidades dos cidadãos do campo, tendo em vista os avanços a sua volta (JESUS; MION, 2005).

O universo da presente pesquisa foi o Assentamento São Domingos, no Distrito do Tabuleiro, Bananeiras/PB. Conforme dito anteriormente, o assentamento hoje é composto por 250 pessoas que sobrevivem da agricultura familiar/camponesa e de precários incentivos do Governo Federal.

Em relação à Educação no Assentamento São Domingos, Verificamos a presença de uma turma de EJA-Rural. Entende-se por educação de jovens e adultos (EJA), a modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria dando oportunidade para jovens e adultos iniciar e /ou dar continuidade aos seus estudos.

É de conhecimento que nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua conta e sob sua responsabilidade (ARROYO, 2011). O processo pedagógico é um processo coletivo e por isso deve ser conduzido pelo

coletivo. Mas, em contrapartida exibindo a realidade do campo, veem-se muitas escolas de um só professor ou uma só professora.

Essa foi a realidade encontrada no Assentamento São Domingos, onde existe apenas uma turma e uma única professora que possui regime de trabalho por contratação de prestação de serviço. Isto é, um serviço profissional oferecido ao Governo do Estado da Paraíba, a partir de uma relação trabalhista remunerada precária, a qual a profissional da educação desenvolve suas atividades em uma escola vinculadas ao Estado, no município de Pirpirituba/PB. Tal professora, por sua vez, é moradora do próprio assentamento, enquadrando-se perfeitamente na precariedade da estrutura educacional dominante.

Mesmo possuindo consciência desta relação, tal profissional, para continuar existindo enquanto educadora precisa de algum tipo de renda, mesmo que para isso, tenha que vincular-se precariamente a um contrato de trabalho em uma escola de outro município. Essa, talvez seja a história de muitos professores e professoras que lutam pela educação do/no campo na Paraíba.

Em entrevista realizada com a professora² atuante no município de realização da pesquisa (Bananeiras/PB), percebe-se as dificuldades que a mesma enfrenta para conduzir o ensino na turma. A falta de apoio à educação do/no campo por parte dos governantes é latente. Não existe no local uma escola institucional formal, apenas uma casa que cumpre informalmente este papel, fornecendo o espaço para que as aulas aconteçam. (Figura 06 e 07)

Figura 06: Frente da “escola”



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.

Org: SANTOS, Marianna Moreira, 2020.

Figura 07: Pátio da “Escola”



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.

Org: SANTOS, Marianna Moreira, 2020.

Na imagem a seguir podemos observar (Figura 08), um exemplo da estrutura precária da sala de aula, faltando materiais didáticos, e materiais permanentes de uso cotidiano como quadro, carteiras, cadeiras adequadas, entre outros.

Figura 08: Precariedade da sala de aula no Assentamento São Domingos



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020.

Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020.

A ausência desses materiais gera inúmeros problemas, pois, sabe-se que a escola tem um papel fundamental de grande importância na vida dos que a frequentam.

Uma educação de qualidade não se baseia apenas em um bom aprendizado

e sim em um ambiente onde esse aprendizado possa ser desenvolvido de forma adequada. Portanto, a escola vai muito além da sua função social de ensinar, às vezes ela faz um papel de assistência apenas para promoção da inclusão social e do desenvolvimento do cidadão.

Com relação as crianças da comunidade, as mesmas estudam nos colégios das redondezas, e são deslocadas por meio de transportes escolares fornecidos pela Prefeitura e Governo local. O que traz reflexão sobre um estudo realizado pelo INEP (2014), onde mostra que para os jovens que vivem na zona rural do Brasil, conciliar o estudo e o local de residência é uma equação difícil de ser resolvida.

A referida pesquisa ainda aborda que da população entre 15 a 17 anos, que totalizam 2,2 milhões de pessoas, 34% não frequentam a escola. Entre os matriculados, apenas 12,9% estão no ensino médio, no nível adequado para a idade.

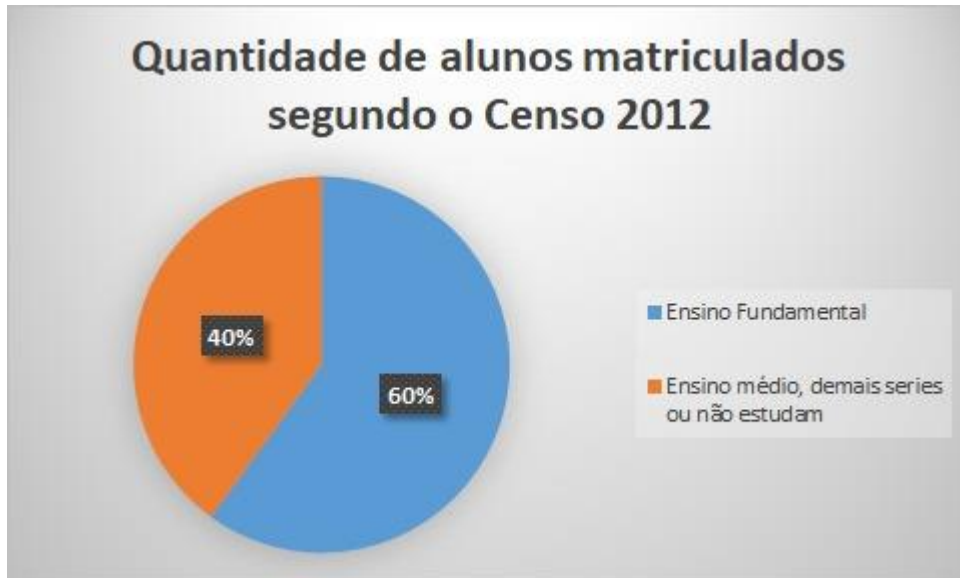
A constatação faz parte do estudo intitulado: *Referências Para Uma Política Nacional de Educação no Campo*, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC, 2014).

Contrapondo essa pesquisa, viu-se no Assentamento pais e filhos esperançosos em relação ao futuro que a educação pode causar em suas vidas. Acreditam no poder transformador da educação e almejam que em um futuro próximo possam ver seus filhos como agentes de transformação para a própria comunidade.

Ao conhecer a realidade do Assentamento São Domingos, se torna notório como muitos direitos de uma educação de qualidade, tanto ao educando quanto ao docente, é visto somente no papel. A lei é uma realidade, mas também é real a sua difícil execução por diversos fatores externos.

De acordo com o INEP (2014) um quinto da população do País encontra-se na zona rural, somando 32 milhões de pessoas. A rede de ensino da educação básica, de acordo com o Censo Escolar (2012), possui 107.432 estabelecimentos. Metade dessas escolas possuem apenas uma sala de aula e oferecem, exclusivamente, o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. São atendidos 8.267.571 estudantes, que representam 15% da matrícula nacional. 60% dos alunos estão cursando as primeiras quatro séries do ensino fundamental. Dados esses que reflete um pouco da realidade do Assentamento São Domingos, como podemos analisar a seguir (Figura 09).

Figura 09: Quantitativo referente a matrículas da Educação Básica no Brasil



Fonte: Dados do Censo Escolar (2012)
Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020.

Em síntese, nossa análise evidencia que, diante da precariedade dos incentivos pela qual a estrutura educacional do campo vem sendo submetida, e que se refletem nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade é uma ação prioritária para o resgate social. Acreditamos ser possível, por intermédio da educação do/no campo proporcionar caminhos para o crescimento e desenvolvimento do homem do/no campo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em educação do campo é pensar numa realidade que na contemporaneidade atual, exija uma escola onde as diferenças e a valorizações dos sujeitos, espaços e lugares onde acontece a educação/formação, sejam elas no cunho informal e não formal, possam ser consideradas.

Assim como na escola urbana, a escola do campo compõe o lugar das relações educativas. Todavia, a roça, a mata, os rios ou o mar, as associações comunitárias etc, são lugares educativos que, às vezes, justamente por causa do contato diário, passam despercebidos, esquecidos no momento da elaboração dos planejamentos de ensino.

Entender o campo como um modo de vida social contribui para aprimorar e afirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar tanto o seu trabalho, como sua história, além da sua relação com a natureza.

O fato é que o caminho apresentado pelos sucessivos governos no Brasil sempre objetivou, a partir das propostas educacionais, formar ou enquadrar trabalhadores para o mercado industrial ou agroindustrial. Não existe, portanto, educação, mas sim, ensino para o mercado de trabalho. Ou seja, para o trabalho assalariado ou trabalho alienado. No campo o panorama também é semelhante. O objetivo é formar, ou colocar no formato, trabalhadores camponeses alienados e subordinados à lógica do capital agrário e do agronegócio³.

Apenas a mais ampla concepção de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente necessária, proporcionando instrumentos de pressão que superem a lógica do capital. Isso não acontecerá sem desafiar as formas dominantes de “internalização”, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal.

Todavia, acreditamos que se a educação formal for redefinida sob a perspectiva de uma alternativa contra hegemônica, poderá de algum modo contribuir com a ruptura da lógica do capital na educação. E a educação do campo deve prescindir de modo que atenda as necessidades dos sujeitos que vivem no campo.

Enquanto que para as pedagogias tradicionais o compromisso é com a formação do homem individual, a formação do líder, do dirigente que defende a

permanência de uma ordem socioeconômica voltada aos interesses da burguesia, a pedagogia dialética do campo trás o homem enquanto um ser político, lutando por uma educação emancipadora, liberto concretamente da história do homem contemporâneo.

Atualmente a educação do/no campo está sustentada na educação burguesa da cidade, isto é, uma educação voltada para atender as necessidades da classe dominante, calcada no tradicionalismo e no autoritarismo implantado no Brasil desde 1820 com o império da Coroa portuguesa. Todavia, contra uma educação burguesa dominante está se formando uma tendência popular sustentada na concepção dialética. Acreditamos que seja fundamental a transformação da escola do campo a partir do trabalho educativo. Esse é o lado político essencial para a transformação da educação. Essa transformação deve partir de dentro para fora do sistema.

Todavia, devemos analisar dialeticamente tais transformações como a que segue: pensar que uma proposta educacional para o campo viabilizar-se-ia apenas com o radicalismo, uma vez que dentro do capitalismo a educação não possui poder de transformação, é contraditório.

A questão apontada apresenta aspectos extremamente políticos, entretanto, contraditoriamente também apresenta uma proposta de transformação de fora para dentro do sistema, e ainda uma postura antidialética.

Pensar a escola do campo como um aparelho do Estado, que só mudará com a mudança do Estado, nos faz entender a educação do campo como um prolongamento do Estado capitalista, aonde a mudança só viria de fora do sistema.

A educação para o campo deve ser inserida como uma possibilidade capaz de superar as contradições socioeconômicas, pois poderá ser a redentora da Questão Agrária.

Todavia podemos questionar se existe educação no capitalismo, ou o que existe é uma espécie de ensino que ajuda na formação de pessoas alienadas e subordinadas ao capital, sobretudo dentro da relação existente entre o trabalho e o capital. Assim, uma mudança estrutural no modo de produção é fundamental, desde que parta de dentro do sistema para fora dele.

Assim, enxergamos ao final desta pesquisa que, apesar dos “avanços” na educação do campo presentes no Assentamento São Domingos, como a implantação do EJA-Rural, trata-se de uma conquista subordinada a estrutura educacional dominante, uma vez que, na mesma medida pela qual se constitui uma aquisição

educacional da classe trabalhadora do campo, contraditoriamente, subordina, precariza e explora os envolvidos. Isto é, o controle social intrínseco a forma dominante enraizadas no sistema metabólico do capital prevalece.

Portanto, finalizamos com a reflexão de que o Assentamento São Domingos possui em sua marca expressiva a luta e a resistência materializada na consolidação do próprio assentamento, bem como na escola do/no campo. Ainda, sua localidade encontra-se em uma região de brejo, favorecida por vários aspectos naturais e geográficos que a possibilitam ser uma localidade promissora. Mas, que conta com pouco incentivos governamentais, sobrevivendo de modo precário e que necessita de investimentos e contribuições para desenvolver seu potencial.

Finalmente, fica evidente a necessidade de uma maior organização através do Estado, sindicatos, e organizações sociais como um todo, para impor políticas educacionais voltadas para a EJA e outros seguimentos, visando melhorar e superar as lacunas evidenciadas nessa pesquisa rumo uma sociedade que prescindia para uma educação do campo para além das amaras do capital.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: Diálogos na Educação de Jovens e adultos/ Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes. – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Estudos em EJA).

BRASIL. **LDB 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; osfs CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. In: SANTOS, Clarice Ap. (Org.) **Por uma educação do campo – campo, políticas públicas, educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. 3 ed. - São Paulo: Contexto, 2006

FERNANDES, B. M. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo**. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **“Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2006

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOLINA, Monica Castagna. ; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** (Org). (Coleção Por Uma Educação do Campo).Brasília, DF. Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. **Possibilidades e limites de transformações das escolas do campo: reflexões suscitadas pela Licenciatura em Educação do Campo** – UFMG. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 1) In Maria Isabel. Antunes-Rocha & Aracy Aalves Martins (organizadoras). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009..

MOLINA, Mônica Castagna.; SÁ, Lais Mourão. **Escola do Campo.** In: CALDART, Roseli et al (Orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MUNARIM, Antonio. **Movimento nacional de educação do campo: Uma trajetória em construção.** In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2008.

MUNARIM, A. **Educação do campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas.** In: MUNARIM, A. et al. **Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas.** Florianópolis: Insular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. de. **A fronteira amazônica matogrossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. Tese (Livre-Docência), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Agricultura brasileira: unidade na diversidade.** In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Petrolina. Anais... dez. 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela, 2004.

_____, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, M. E. B. **As Políticas Públicas em Educação do Campo, entre a subordinação e a autonomia: o Projovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da Questão Agrária.** Curitiba, 2015. (Tese de Doutorado / UFPR).

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz. BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. **A Educação Do Campo e seus aspectos legais.** PUCPR, 2017.

SANTOS, André Souza – **Educação e Desenvolvimento, os casos das escolas rurais da região do cacau** – Bahia – Brasil. Nuances: estudo sobre Educação – Presidente Prudente. V.18, N.9, P. 52-67. Jan/abr. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In.: SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedinas, 2009.

SOUZA, Maria Antônia. de. **Fundamentos Teóricos metodológicos da educação do Campo**. Ponta Grossa. UEPG, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado com professora da Turma EJA do Assentamento São Domingos, em prol da realização da pesquisa de campo do estudo **“AVANÇOS” DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB.**

- Sobre a história do assentamento:

1- Qual a idade do assentamento?

2- Qual a bandeira de luta defendida pelo assentamento?

3- Quantas pessoas entre adultos e crianças fazem parte do assentamento?

4- Existe cooperativa ativa dentro do assentamento? Justifique a sua resposta.

5- Qual é a base da renda dos assentados?

6- Quais as principais dificuldades encontradas desde a criação do assentamento?

7- Características básicas, gerais e importantes que possam ajudar a contar um pouco sobre a história do assentamento.

• Sobre as questões educacionais:

8- Nome da escola?

9- Quantidade de professores titulares da escola?

10- Formação dos professores que atuam na escola?

11- Series as quais os professores atuam? (nome do professor e série correspondente)

12- Quantidade de alunos matriculados na escola?

13- Quantidade de alunos que tem a necessidade de sair do assentamento para estudar?

14- Faixa etária dos alunos que estudam na escola do assentamento?

15- Como é feito o deslocamento dos alunos que precisam sair do assentamento?

16- Qual o motivo que leva esses alunos a saírem do assentamento?

17- Faixa etária dos alunos que se deslocam para estudar?

18- Onde se localiza as escolas para onde vão os alunos quem precisam se deslocar do assentamento?

19- Principais dificuldades para o desenvolvimento das atividades na modalidade EJA rural?

20- Qual a grade curricular trabalhada pela EJA rural?
